



"GOTAS NO OCEANO"

- 61ª GOTA -

SETEMBRO / 2008

Autoria: Dra. Juliana Matias

PROVAS

Todos os meios legais e moralmente legítimos são aptos a provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa.

O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Conforme já explicitado, o juiz apreciará livremente a prova, segundo fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados, indicando, na decisão, os motivos de seu convencimento.

São espécies de prova:

1. Depoimento pessoal das partes.
2. Confissão (*admissão, pela parte, da verdade de um fato contrário a seu interesse e favorável ao adversário, podendo se dar judicial ou extrajudicialmente*).
3. Exibição de documento ou coisa (*que se ache em poder de uma das partes*).
4. Prova documental (*deverá ser produzida na petição inicial ou na contestação; após tais momentos, só poderá ser juntado documento relativo a fato novo; neste último caso, o juiz deve intimar a parte contrária para que se manifeste sobre o documento no prazo de 05 [cinco] dias*).
5. Prova testemunhal (*podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas; incumbe às partes, no prazo que o juiz fixar ao*

designar a data da audiência – ou em 10 dias antes da audiência, se omissa o juiz, depositar em cartório o rol de testemunhas – com até 10 pessoas; a testemunha será intimada a comparecer à audiência, constando do mandado dia, hora, local, nome das partes e natureza da causa; se a testemunha deixa de comparecer sem motivo justificado, será conduzida coercitivamente, respondendo pelas despesas do adiamento).

6. Prova pericial (*exame, vistoria ou avaliação para aclarar matéria técnica; o juiz nomeará perito; as partes poderão indicar assistente técnico e apresentar quesitos a serem respondidos pelo perito oficial*).

7. Inspeção judicial (*o juiz, de ofício ou a requerimento, pode, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fatos relevantes*).

Referências bibliográficas:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o **Código de Processo Civil**.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 18ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2002.